



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.060, DE 2016**

**(Do Sr. Alberto Fraga)**

Altera a lei nº 7210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-8168/2014.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta lei altera a lei 7210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais.

**Art. 2º** A lei 7210/84 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 77-A As atividades relativas à assistência de trata o art. 11 desta lei, bem como a segurança nos estabelecimentos penais e os serviços de pessoal penitenciário e administrativo, inclusive para os estabelecimentos destinados a menores, poderão ser executadas por meio de parceria público-privada.”(N.R.)

“Art. 86-A O juiz da execução poderá determinar o cumprimento da pena em estabelecimento privado, em substituição aos previstos nos Capítulos II à VII deste Título, mediante prévia celebração de parceria público-privada realizada pelo Ente Federal ou local, sem prejuízo das demais previsões constantes desta lei.”(N.R.)

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Esta proposição se divide basicamente em duas novas previsões legais: um dispositivo permite a possibilidade de parceria público-privada para a realização de serviços nos estabelecimentos penais públicos, e outro dispositivo permite que o cumprimento da pena se dê em estabelecimento privado, conforme prévia celebração de parceria público-privada.

Os artigos 76 e 77 da lei preveem por diferenciação de função, a distinção entre pessoal penitenciário e pessoal administrativo:

“Art. 76. O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, **com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e assessoramento** do estabelecimento e às demais funções. (G.N.)

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, **especializado, de instrução técnica e de vigilância** atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.” (G.N.)

Para ambas as atividades acima, a nova redação advinda do art. 77-A ora proposto, assim como os serviços de segurança e para as atividades de assistência previstas no art. 11, passam a ser permitidas sua consecução por meio de parcerias

público-privada, mantendo-se porém o cumprimento da pena em estabelecimento penal público.

Com a redação proposta na forma de art. 86-A, esta previsão (execução de pena em estabelecimento público) também pode vir a ser dispensada, pois permite a execução em estabelecimentos privados.

As parcerias público-privada representam avanços para o Brasil a partir das experiências internacionais positivas.

A atual previsão da lei de execuções penais já permite execução indireta para certas atividades:

“Art. 83-A. Poderão ser objeto de **execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares** desenvolvidas em estabelecimentos penais, e notadamente: [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

I - serviços de **conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos;** [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

II - serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso. [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

§ 1º A execução indireta será **realizada sob supervisão e fiscalização do poder público.** [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)

§ 2º Os serviços relacionados neste artigo poderão compreender o fornecimento de materiais, equipamentos, máquinas e profissionais. [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\).](#)”  
(G.N.)

Fato é, que a previsão acima não basta para a melhoria da precária situação do sistema carcerário do Brasil, e que a realização das chamadas PPP são essenciais ao progresso desta relevante atividade pública, pois passa desde a efetiva punição no aspecto pedagógico, como pela ressocialização, os dois objetivos carecem essencialmente do reconhecimento por parte do poder público, de que continuar da atual forma é insistir no erro e na vitimização de milhões de pessoas direta e indiretamente.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito pude acompanhar *in loco* a precária situação do sistema carcerário brasileiro, e ao final de

todas as atividades, uma das conclusões constante do Relatório da CPI é justamente a realização de parcerias com o setor privado.

Conto com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta importante reforma legal.

Sala da Sessão, em 30 de agosto de 2016.

**ALBERTO FRAGA  
DEPUTADO FEDERAL  
DEM/DF**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**

Institui a Lei de Execução Penal.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

.....

### **TÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO**

.....

#### **CAPÍTULO II DA ASSISTÊNCIA**

##### **Seção I Disposições gerais**

.....

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

##### **Seção II Da assistência material**

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

---

## TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

---

### CAPÍTULO VI DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS

---

#### Seção III Da direção e do pessoal dos estabelecimentos penais

---

Art. 76. O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e Assessoramento do estabelecimento e às demais funções.

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 1º O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou a ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício.

§ 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

### CAPÍTULO VII DO PATRONATO

Art. 78. O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência ao albergados e aos egressos (art. 26).

---

## TÍTULO IV DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

---

Art. 86. As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.

§ 1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.792, de 1/12/2003\)\*](#)

§ 2º Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas.

§ 3º Caberá ao juiz competente, a requerimento da autoridade administrativa definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.792, de 1/12/2003\)\*](#)

## CAPÍTULO II DA PENITENCIÁRIA

Art. 87. A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

Parágrafo único. A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir Penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do art. 52 desta Lei. [\*\(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 10.792, de 1/12/2003\)\*](#)

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------